O AECT RIO Minho permite um registo de pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira com Portugal para pedido de indemnizações

O AECT do Rio Minho vem operando desde hoje o registo das pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira, a fim de proceder aos trâmites de eventuais indemnizações. Nas primeiras horas desde o seu lançamento, ainda sem lançamento oficial, foram recebidas mais de uma dezena de reclamações, que deverão aumentar consideravelmente nos próximos dias.

O objetivo deste registo é conhecer as causas de cada uma das pessoas afetadas e atribuir nomes e sobrenomes a uma situação que está prejudicando um grande número de pessoas que estão perdendo tempo e dinheiro diariamente por não terem todos os postos transfronteiriços abertos.

O formulário pode ser preenchido online no site smartminho.eu com os dados sobre o tipo de prejuízo sofrido: perdas de tempo, aumento dos custos com viagens ou redução da carteira de clientes da outra margem

“Sabemos que há muitas pessoas afetadas e até agora têm ido aos seus municípios, às administrações mais próximas, para reclamar e saber como atuar. Com esta iniciativa do AECT pretendemos centralizar as reclamações num ‘gabinete dos

lesados’ conjunto e trabalhar para o processamento de eventuais indemnizações, pois entendemos que o território do Minho deve ser compensado economicamente pela decisão dos estados de fecharem a fronteira e não deixe alternativas além de um posto fronteiriço. Isto está a ter um grande impacto na economia”, explicou o deputado da Cooperação Transfronteiriça e vice-diretor do AECT Uxío Benítez.

No formulário online (também existe a opção de preencher um PDF) os interessados devem deixar os seus dados pessoais, esclarecer se são pessoas singulares, empresas ou particulares, o setor em que trabalham (serviços, indústria ou comércio), o número de viagens que devem realizar entre os dois lados da fronteira, o número de quilómetros que costumam percorrer com a fronteira aberta e a fronteira fechada. Também são solicitados dados sobre os danos sofridos: percorrer mais

distâncias e gastar mais tempo no trajeto entre a residência e o local de trabalho, aumentar o custo da viagem, reduzir os clientes da outra margem ou impedi-los de cruzar a fronteira.

Nas primeiras horas de funcionamento já se registaram mais de uma dúzia de reclamações

Todos estes prejuízos já constatados pelo estudo socioeconómico realizado pelo professor Xavier Cobas, da Universidade de Vigo, que evidenciou os danos que o encerramento da fronteira acrescenta à situação de pandemia na economia minhota. As perdas de volume de negócios ascenderam a mais de 92 milhões de euros apenas nos sectores da hotelaria e comércio, resultado do primeiro confinamento e do encerramento da fronteira entre Pontevedra e Portugal na primeira vaga da pandemia, entre 17 de março e 30 de junho do ano passado. “Para este novo encerramento de fronteira – lembrou Benítez – espera-se que o ‘Efeito Fronteira’ seja maior, pois há mais atividade económica aberta”.

Benítez lembrou que o AECT apresentará denúncias ao programa operacional POCTEP 2021-2027, que se encontra em fase de exposição pública, para garantir que os fundos sejam atribuídos às zonas da fronteira e que sejam criados artigos específicos para a zona do Minho. Prevê-se também a aprovação de uma moção sobre este tema nos 26 concelhos para reivindicar perante todas as instituições a imediata abertura dos postos fronteiriços, bem como ascompensações financeiras pelo encerramento.

Os conselhos minhotos, com máxima expectativa perante a possibilidade de abrir mais postos fronteiriços com Portugal

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial AECT Rio Minho afirmou hoje que os municípios do Minho mantêm a "expectativa máxima" face à possibilidade de abrir mais postos fronteiriços com Portugal, medida que poderá ser finalizada nos próximos dias e queoministro da Administração Interna de Portugal, Eduardo Cabrita, deixou em aberto em declarações públicas.

O vice-director do AECT, Uxío Benítez, explicou que os presidentes das câmaras portuguesas têm mantido contactos informais com o governo central português, com especial assertividade naquestão do encerramento da fronteira, e sublinhou que "apesar de não terem recebido informação oficial, satisfazem as declarações proferidas por Eduardo Cabrita, que deixaram em aberto a possibilidade de alteração dos horários das fronteiras terrestres ou do número de postos obrigatórios".

O Vice-Diretor do AECT Uxío Benítez congratulou-se com a disponibilidade do Ministro da Administração Interna de Portugal para alterar os horários e número de controlos

"Os concelhos de Pontevedra e Alto Minho esperam com grande

expetativa que, nos próximos dias, seja anunciada a reversão total da medida atualmente em vigor relativa ao encerramento das fronteiras, de forma a servir os reais e necessários interesses dos trabalhadores transfronteiriços, assim como o transporte de mercadorias", destacou.

Benítez enfatizou que é necessário abrir todas as etapas existentes e permitir os controlos de forma contínua (24 horas) visto que, como sublinhou, os horários das empresas e dos funcionários das duas margens do rio são variados. Ele lembrou que o atual posto de Salvaterra, aberto apenas duas horas de manhã e duasde tarde, não se traduz em qualquer benefício para os trabalhadores, visto que o trabalho em regime de turno também tem de atravessar o rio pela única passagem autorizada de Tui por não coincidirem nos horários.

Salienta-se a necessidade de "reverter completamente" o atual encerramento da fronteira e considerar o horário comercial ao estabelecer faixas autorizadas

Benítez expressou confiança em que o governo português irá reconsiderar a situação, e lembrou que em Espanha, oficialmente, o delegado do governo manifestou a sua vontade de tomar as medidas necessárias, mas sempre através de um acordo diplomático com os dirigentes portugueses. "Esperemos que o erro não perdure", destacou.

A fronteira entre Pontevedra e o Alto Minho português tem 70 quilómetros, correspondendo a 5% dos 1.200 quilómetros de toda a fronteira ibérica, mas assume 50% de todo o tráfego de veículos entre Espanha e Portugal pelas seis pontes sobre o Minho. Existem cerca de 6.000 trabalhadores transfronteiriços

que têm de atravessar a fronteira diariamente.

Na última quinta-feira, autarcas da fronteira protestaram contra o atual encerramento de fronteiras e lançaram um SOS. Eles asseguraram que os trabalhadores transfronteiriços estão a ser punidos com a manutenção de apenas um posto aberto (o da ponte internacional de Tui), gastando dinheiro com combustível e tempo ao longo de dezenas de quilómetros para chegar ao trabalho, porque os governos centrais não colocam mais controlos (guardas portugueses e guarda civil) nos restantes postos de fronteira.

“Abram a fronteira, coloquem meios de controlo em todos os postos fronteiriços e deixemos trabalhadores passar”

Autarcas e presidentes das câmaras do território transfronteiriço do rio Minho reuniram-se hoje na ponte velha de Tui para protestar contra o encerramento da fronteira com Portugal e exigir que se abram todos os postos fronteiriços existentes, sempre com os necessários controlos sanitários, para facilitar a circulação dos trabalhadores transfronteiriços.

Com as letras de SOS eles expressaram sua indignação e qualificaram de “escândalo” o facto de que, tendo em conta o que aconteceu na primeira vaga da pandemia, o mesmo erro tenha sido cometido novamente, abrindo apenas um único posto fronteiriço, “punindo” os trabalhadores – os únicos que podem cruzar a fronteira – obrigando a realização de desvios de quilómetros.

Os autarcas reuniram-se na ponte velha de Tui para criticar que os governos de Madrid e Lisboa “tenham cometido novamente o mesmo erro” da primeira vaga da pandemia.

O vice-diretor do AECT Rio Minho, Uxío Benítez, explicou que a reivindicação dos edis “é uma reivindicação justa, e por isso estamos mobilizados aqui e continuaremos a mobilizar o que for necessário para que entendam que esta é uma fronteira que afeta muitas pessoas”, pelo que foi pedido aos governos centrais que façam o mesmo que fizeram na primeira vaga da pandemia, quando depois de três mobilizações de autarcas nas pontes do Minho, todos os postos foram abertos na fronteira. “Espero que não tenhamos de fazer três novas mobilizações, e que com este apelo público que fazemos a Madrid e Lisboa possam entender o que se passa nesta fronteira e abrir os restantes postos fronteiriços”, insistiu.

Para todos os mandatários daquele território “é um autêntico escândalo” que depois do que aconteceu,se torne a cometer exatamente o mesmo erro, que é deixar um único posto fronteiriço numa fronteira que – ainda que corresponda a apenas 5% dos 1.200 quilômetros de fronteira entre Espanha e Portugal (70) -, representa 50% do tráfego transfronteiriço.

> *“Esta é uma fronteira dinâmica, na qual existem muitas relações laborais, económicas, empresariais. Há muita mobilidade porque existe essa vida e essa economia que atravessa a fronteira…. Ainda assim decidiram deixar um só posto em Tui Valença na ponte nova”, destacou Benítez com insistência*

Como consequência prática, sublinhou o nacionalista, os cidadãos trabalhadores transfronteiriços têm de percorrer grandes distâncias e fazer desvios “para fazer a única coisa que agora pode ser feita, que é ir trabalhar”. “Tendo em conta atual situação económica, parece-nos um escândalo que os estados decidam não colocar guardas, para economizar esse custo, passando essa despesa aos trabalhadores”, concluiu.

Por seu turno, o director do AECT e presidente de Vila Nova de Cerveira, Fernando Nogueira, apelou aos governos centrais para "deixarem de punir os trabalhadores", insistindo que osagrupamentos e filas de veículos em quilómetros de espera "possam vir a potenciar os contágios".

O autarca de Tui, Enrique Cabaleiro, também apelou à sensibilidade do Estado para mudar radicalmente a sua política de encerramento de fronteiras, que não contempla a realidade do território minhoto, segundo o seu ponto de vista, "por ver os problemas desde a centralidade sem estar atento às peculiaridades de cada território ".

O presidente de Valença, Manuel Lopes, sublinhou ainda que o encerramento das fronteiras não passa de uma medida "simbólica", visto que passam a atravessar a fronteira exatamente com o mesmo número de pessoas de antes: trabalhadores devidamente credenciados e transporte de mercadorias. "Eles acabam por fazer milhares de quilómetros

extrano final do mês e gastam o salário em custos de gasolina. Quase não compensa trabalhar em ambos os lados. No final de contas o rendimento é gasto em combustível e nas horas de desvios. Fechar os postos é uma medida que se revela errada", disse.

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Rio Minho é composto por 400.000 habitantes de 26 concelhos, 16 galegos do sul da província de Pontevedra e 10 da região do Alto Minho, no norte de Portugal, com cerca de 6.000 trabalhadores transfronteiriços. No protesto de hoje (aprovado por unanimidade em assembleia na passada segunda-feira) participaram os mandatários com disponibilidade e não confinados: seis presidentes de câmaras portugueses e nove outros autarcas de Pontevedra.

Proibida a travessia na fronteira mesmo para protestos simbólicos

Uma manifestação pelo encerramento da fronteira entre os dois lados ocorreu no início do protesto. O evento teve início às 10 horas, quando os autarcas de ambos os lados caminharam desde os respetivos extremos da ponte velha sobre o Minho com a intenção de se encontrarem simbolicamente no meio da infraestrutura para representar a necessidade de união dos dois lados da fronteira.

No entanto, a reunião não foi possível. A polícia impediu a encenação e, embora se explicasse que se tratava de um ato simbólico, foi imposta uma separação de cerca de 20 metros entre os dirigentes galegos e portugueses, impossibilitando a fotografia conjunta.

Por fim, para dirimir o pequeno trecho que os separava, os representantes portugueses regressaram ao território português, retiraram as suas viaturas, passaram oficialmente o controlo de fronteira na ponte rodoviária (a um quilómetro), atravessaram a Galiza e seguiram até ao final da ponte antiga de Tui. Uma vez lá, todos os autarcas e presidentes de ambos os lados do Minho tiraram a foto conjunta para exigir a união do território.

Concelhos da fronteira exortam Madrid, Lisboa e a Junta para a “reabertura urgente” de todas as fronteiras para trabalhadores, através de um comunicado de imprensa oficial

Concelhos da fronteira exortam Madrid, Lisboa e a Junta para a

“reabertura urgente” de todas as fronteiras para trabalhadores, através de um comunicado de imprensa oficial

---

Conselhos de cidade do AECT Minho reúnem-se para decidir ações sobre o encerramento da fronteira com Portugal

Os concelhos pontevedrenses e portugueses na fronteira do Minho reunir-se-ão hoje de urgência para decidirem sobre as ações e medidas a tomar sobre o encerramento da fronteira com Portugal. Assim o confirmou o vice-diretor do AECT Rio Minho, Uxío Benítez, que antecipou o grande mal-estar de todos os municípios, que exigem a abertura de todos os postos fronteiriços para evitar situações como as que se repetiram esta manhã na ponte internacional de Tui, com filas de mais de dois quilómetros, revivendo o problema do anterior confinamento de trabalhadores transfronteiriços.

O encontro com os municípios de ambas as margens do Minho foi convocado após o encontro realizado esta manhã entre Benítez, outros membros do AECT e o Delegado do Governo na Galiza, Javier Losada. Conforme confirmado pelo deputado nacionalista, o delegado manifestou compreensão com o desconforto dos municípios da fronteira e comprometeu-se a reforçar o pedido de abertura de todas as fronteiras na província, bem como de disponibilizar todos os meios e pessoal das forças de segurança para permitir mais controles quando necessário.

“Parece não ser um problema de meios. O que o delegado disse é que o encerramento das fronteiras é uma decisão do governo

português que tem de ser resolvida por via diplomática", disse Benítez. Ele salientou que o AECT "vai bater a todas as portas necessárias" pelos canais administrativos até que sejam abertas as fronteiras, não descartando outras medidas de pressão, pois – insistiu o nacionalista – há um claro protesto dos trabalhadores transfronteiriços, que têm de fazer desvios de quilómetros para trabalhar, através dos "funis" das passagens de Tui e Salvaterra.

O vice-diretor Uxío Benítez expressou hoje o seu descontentamento ao delegado do Governo, que se comprometeu a levar a petição ao Ministério de Assuntos Exteriores as ações sobre o encerramento da fronteira com Portugal e o pedido para abrir todos os postos transfronteiriços da província

Benítez lembrou que, segundo dados da Delegação do Governo, entre as oito da manhã e o meio-dia, o controlo fronteiriço de acesso a Pontevedra em Tui, a partir de Portugal, apenas proibiu a passagem de uma dezena de viaturas em que os viajantes não cumpriram os requisitos autorizados (ser um trabalhador ou ter família de primeiro grau ou dependentes a cargo, entre outras situações). No entanto, o comando português da GNR procedeu a uma revisão minuciosa de toda a documentação apresentada pelas pessoas que pretendem atravessar a fronteira, criando uma grande fila semelhante às repetidas diariamente no encerramento anterior por não admitir alguma das justificações.

O vice-director do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial 'AECT Rio Minho' lembrou que "chove sobre o molhado", pois os governos espanhol e português sabem que a fronteira entre Pontevedra e Portugal, embora seja de 5% do comprimento da fronteira, assume 50% do tráfego de veículos, pelo que a sua realidade não é comparável às de Castela-Leão,

Andaluzia ou Extremadura, comunidades às quais foi concedido o mesmo número de postos fronteiriços que toda a Galiza.

Ele pediu, uma vez mais, o lançamento do cartão de cidadão transfronteiriço,de modo a identificar mais facilmente todas as pessoas forçadas a cruzar a fronteira devido à sua vida profissional.

O AECT Rio Minho exorta a Junta a executar o acordo de ativação do 'Cartão transfronteiriço' antes do encerramento de Portugal

O Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça AECT Rio Minho exortou hoje a Junta – nas palavras do seu vice-diretor e deputado Uxío Benítez – a implementar o acordo do Parlamento galego para ativação do 'cartão transfronteiriço', o qual irá facilitar a passagem na fronteira a todas as pessoas que vivem ou trabalham nas duas margens do rio.

O nacionalista lembrou que o Parlamento aprovou por unanimidade a proposta não jurídica apresentada pelo grupo nacionalista na reunião de 11 de dezembro da 1ª Comissão Institucional, Administração Geral, Justiça e Assuntos Internos sobre o cartão transfronteiriço. Em seguida, a Junta comprometeu-se a promover entre os governos espanhol e português o estudo de fórmulas, como o cartão transfronteiriço, para evitar os efeitos negativos das limitações de passagem na fronteira por motivos de saúde

pública. No momento, apesar desse acordo, diz Benitez, “não se conhece nenhuma medida para torná-lo realidade”.

O deputado de Cooperação Transfronteiriça Uxío Benítez destaca que o cartão transfronteiriço agilizaria a vigilância policial e sanitária

O deputado defendeu que o cartão de cidadão transfronteiriço permitiria uma identificação ágil e rápida nos postos policiais e de vigilância sanitária existentes nas fronteiras e evitaria situações como as do confinamento anterior, quando pessoas que trabalham nos dois lados da fronteira foram obrigadas a passar por um único ponto, a ponte Tui-Valença, onde se formou uma ‘fila’ de viaturas com várias horas de espera.

Benitez insistiu na necessidade de manter abertas os seis pontos de passagem da província com Portugal, mas “s*empre com todos os controlos e garantias sanitárias necessários, algo que o cartão tornaria muito mais ágil”.*

“Não podemos viver novamente o duplo impacto que sofremos entre 17 de março e junho com a fronteira impedida. Deve haver permeabilidade mas com controles adequados. Não se pode complicar a vida dos trabalhadores transfronteiriços ”, insistiu.

O deputado lembrou uma vez mais que a fronteira entre Pontevedra e Portugal é a mais dinâmica social e economicamente de toda a península, já que, perfazendo 70 dos 1.200 quilómetros entre Espanha e Portugal – apenas 5% – assume a passagem de 50% dos veículos. Em todo o caso, ele reconheceu que as relações transfronteiriças no território estão quase totalmente suspensas neste momento, estando a Galiza também limitada por municípios e sem tráfego até 17 de

fevereiro, salvo por motivos essenciais e devidamente justificados.

O nacionalista reivindica fundos europeus como compensação pelo duplo golpe socioeconômico da COVID no território do Minho

Ele afirmou que, aquando da recuperação, "*depois da tempestade, a bonança deve vir para todos, e as localidades fronteiriças e suas populações devem ser considerados pelos dois governos, para não caírem novamente no esquecimento*".

Por fim, salientou a necessidade dos territórios transfronteiriços aplicarem a figura do ITI – Intervenção Territorial Integrada – para o período 2021-2027, por forma a autorizar um programa de ação concertada para o próximo período de programação dos fundos comunitários. "*Os fundos europeus devem ser verdadeiramente alocados como uma medida compensatória a este duplo golpe socioeconómico sentido no território do Minho*", concluiu.

---

o AECT Rio Minho avisa que o encerramento das fronteiras

de Portugal não deve repetir o erro de dificultar a movimentação transfronteiriça de trabalhadores

O Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça AECT Río Miño advertiu hoje, depois de Portugal anunciar o encerramento das fronteiras com Espanha, que não se deve repetir o erro de limitar e dificultar a passagem de trabalhadores, como aconteceu depois do confinamento de março. A afirmação foi do diretor-adjunto da entidade e deputado para a Cooperação Transfronteiriça do Conselho Provincial, Uxío Benítez, que apelou à manutenção de todos os postos transfronteiriços, especialmente os das Eurocidades, com as devidas medidas de controlo para facilitar a circulação das pessoas que vivem ou trabalham nas duas margens do rio.

O vice-diretor do grupo e vice-diretor de Cooperação Transfronteiriça, Uxío Benítez, insta a que todos os postos fronteiriços permaneçam abertos com as medidas de controle necessárias

Benítez reconheceu que a decisão tomada pelo governo português do encerramento das fronteiras de Portugal alerta os municípios do território transfronteiriço, que de 17 de março a junho viram o trânsito limitado a uma única etapa, Tui-Valença, criando entraves aos trabalhadores transfronteiriços. Indicou, de facto, que este novo posto é mais um passo no improviso das medidas tomadas contra a COVID-19, mas sublinhou que “esperamos que tenham aprendido alguma coisa com a

situação criada na fronteira da última vez”, lembrando que os autarcas se manifestaram por várias ocasiões.

Ele critica quea Junta não tenha lançado o cartão transfronteiriço, pois serviria para fiscalizar de forma mais eficaz a circulação de pessoas

Benitez também assinalou que, neste momento da pandemia, o cartão de “cidadania transfronteiriça”já deveria estar operacional para prevenir nova ocorrência desta situação. Ele recordou que esta proposta do AECT foi apresentada antes da última Cimeira Ibérica entre Espanha e Portugal e também perante o Parlamento galego, que a aprovou por unanimidade. “Até agora a Junta não fez nada e, neste momento, o cartão serviria para monitorizar de forma mais eficaz o trânsito transfronteiriço de pessoas”, disse Benitez.

O deputado advertiu uma vez mais que a fronteira de Pontevedra e Portugal é, social e economicamente, a mais dinâmica de toda a península, dado que, com 70 quilómetros dos 1.200 de toda a fronteira entre Espanha e Portugal, estes 5% correspondem a 50% da circulação de veículos.